

Grupo tenta acordo sobre assuntos polêmicos

Foto de Juan Carlos Gomez



Na reunião, Euclides Scalco (ao centro, de branco) fala sobre a anistia

BRASÍLIA — O grupo interpartidário de negociação, que reúne "progressistas" e "liberais" do PMDB, PFL, PDS, PT, PTB, PDT e PSB, vai apresentar, no próximo dia 5, um trabalho conclusivo sobre os temas polêmicos do atual projeto de Constituição. Seus líderes identificaram 19 pontos de divergência e já apontam caminhos de entendimento no tocante a questões que, até então, eram inviáveis para qualquer acordo, tais como reforma agrária, estabilidade no emprego e jornada de trabalho.

Para a reforma agrária, o grupo dispõe de quatro propostas passíveis de consenso. A primeira permite a desapropriação pela função social da terra, ressaltando que em terras produtivas ela só ocorreria excepcionalmente. Uma lei ordinária poderia regular esse tipo de desapropriação. Quanto à emissão dos títulos de posse, o grupo entende que é necessário garantir maior agilidade, através de um tribunal agrário. Admite, ainda, a ampliação do limite máximo da propriedade rural e pode, para garantir o pequeno e médio produtor, sugerir um limite mínimo de módulos regionais. Esta última proposta poderá ser formalmente apresentada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, que tem feito consultas a entidades rurais e a constituintes. Ele acredita que, desta forma, o texto da reforma agrária ganharia o apoio dos sem-terra e dos pequenos proprietários.

A jornada de trabalho, fixada no atual projeto como de 40 horas semanais — o que é repudiado pelos empresários e até mesmo por alguns sindicalistas — poderá ser substituí-

da por uma redução gradual de horas de serviço que leve em conta a atividade. Os líderes do grupo de negociação admitem que se possa chegar às 40 horas semanais em um prazo de dois anos.

No que se refere à estabilidade no emprego, a ideia é ampliar para 120 ou 180 dias os 90 dias previstos no projeto de Constituição. Mas o grupo aguarda estudos que o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, está fazendo junto aos sindicatos, para fechar qualquer posição.

Outro assunto polêmico é a anistia. O Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) considera que o acordo sobre esse tema está próximo. A seu ver, "é totalmente inviável a reitegração na ativa". O que se busca

agora é uma forma de manter o texto da anistia no projeto de Constituição, assegurando aos anistiados algumas regalias, sem com isso atingir os militares de carreira.

Na reunião do grupo interpartidário realizada ontem ficou acertado que tudo aquilo que for consensual será redigido em forma de emenda, até 13 de agosto, e apresentado em plenário para ser incluído no novo substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Os líderes "progressistas" e "liberais" acreditam que todas as emendas que apresentarem em bloco serão aceitas, pois o grupo detém 47 dos 93 votos da Comissão de Sistematização.

Para o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, que participou ontem pela primeira vez

das negociações, o trabalho resultará num amplo entendimento. Ele acha que somente irão a plenário, para decisão no voto, temas institucionais, como sistema de governo, mandato presidencial e voto distrital. Já o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, entende que, além das questões institucionais, será muito difícil um consenso sobre a questão tributária.

N a reunião, ele lembrou que outros grupos estão trabalhando sobre os mesmos temas e com os mesmos objetivos. Disse que, após a identificação dos pontos consensuais será necessário negociar com os constituintes "ortodoxos", acrescentando que já iniciou essas conversações e há "grandes chances de se chegar a um consenso".

Participaram da reunião de ontem os peemedebistas Mário Covas (SP), Roberto Brant (MG), Miro Teixeira (RJ), Otávio Elisio Alves de Brito (MG), Severo Gomes (SP), Wilson Martins (MS), Arthur da Távola (RJ), José Costa (AL), Raimundo Bezerra (CE), Paulo Macarini (SC), Euclides Scalco (PR), Antônio Brito (RS), Percival Muniz (MT), Nelton Friederich (PR), Vilson Souza (SC), José Carlos Sabóia (MA), Abigail Feitosa (BA), Sigmaringa Seixas (DF), Rose de Freitas (ES) e Fernando Henrique Cardoso (SP); e Mendes Tame (PFL-SP), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Roberto Freire (PCB-PE), Lúcio Alcantara (PFL-CE), Carlos Alberto Oliveira (PDT-RJ), Plínio Sampaio (PT-SP), José Agripino Maia (PFL-RN), Stélio Dias (PFL-ES), José Jorge (PFL-PE), Beth Azize (PSB-AM) e Alcení Guerra (PFL-PR).

Bernardo Cabral tem anteprojeto de Constituição com apenas 300 artigos

BRASÍLIA — Enquanto o grupo interpartidário integrado por "progressistas" e "liberais" ainda está em uma fase preliminar das negociações que buscam um entendimento na Constituinte, aquele formado por inspiração do Relator Bernardo Cabral já tem praticamente concluído um anteprojeto de Constituição. Integrado por 32 parlamentares de diversos partidos, o grupo de Cabral encerrou sua reunião de ontem com uma proposta que contém 300 artigos. Seus integrantes pretendem, até o final da próxima semana, chegar aos 250 artigos previstos no início dos trabalhos.

O grupo vem se reunindo no Instituto Israel Pinheiro, mantido pelos padres salesianos, a 25 quilômetros de Brasília. Conta com o apoio de técnicos e computadores do Prodasen — Centro de Processamento de Dados do Senado — e de assessores jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os técnicos do Senado e assessores da OAB trabalham em sigilo e, ainda que não neguem, também não chegam a admitir que estão cooperando com o trabalho do Relator.

Entre os constituintes que integram esse grupo estão os Senadores José Richa, Virgílio Távora e Maurício Corrêa e os Deputados Konder Reis, Afif Domingos, Sandra Cavalcanti, Lúcio Alcantara e Roberto Freire. Assessores que participaram das reuniões mantidas até agora afirmam que, curiosamente, as posições mais à direita estão sendo de-

fendidas pelos representantes dos partidos de esquerda.

O grupo vem discutindo capítulo por capítulo do anteprojeto atual e eliminando todas as matérias que não constituem preceito constitucional. Também está avaliando os temas polêmicos. Reserva a próxima semana para discutir a reforma agrária, estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 48 horas e a questão da reserva de mercado.

O Relator Bernardo Cabral afirmou ontem que o seu substitutivo será fruto de todas as propostas que estão sendo formuladas pelos diversos grupos. Acrescentou que, ao receber as colaborações, vai reuni-las "na forma de um boneco ou espelho" e conversar com as lideranças partidárias na Constituinte para chegar ao anteprojeto de consenso.

Cabral disse que acredita na possibilidade de os constituintes chegarem a um consenso em torno de 90 por cento das questões. Entre os temas inegociáveis, na sua opinião, podem ser citados, pela ordem: anistia para militares, reforma agrária, sistema de governo e mandato do Presidente José Sarney.

— A votação do meu substitutivo, apesar de todas as tentativas de entendimento, será turbulenta — previu o Relator. — Mas a Constituição vai refletir a média da Constituinte. Não há nenhum grupo, de esquerda ou de direita, que tenha condições de escrever sozinho a nova Constituição. Quem afirmar o contrário, estará blefando.

Emenda terá prazo maior, haverá sessões extras e calendário mudou

BRASÍLIA — O prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral será de seis dias, ele poderá redigir um segundo substitutivo e os temas polêmicos serão discutidos em sessões extraordinárias noturnas. Essas medidas, destinadas a ampliar o debate e facilitar a tramitação do projeto de Constituição, foram anunciadas ontem pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, depois de discutidas com o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos.

Pelo calendário original, depois de elaborado o substitutivo, a partir das emendas apresentadas em plenário, os constituintes teriam 48 horas para fazer emendas, no próprio plenário, somente sobre inovações acrescentadas pelo Relator. Agora, este prazo será de seis dias e as emendas serão sobre qualquer tema. Além disso, serão feitas diretamente à Comissão de

Sistematização por todos os constituintes.

Em seguida, o Relator terá um prazo de oito dias para elaborar um segundo substitutivo, que será votado na Comissão de Sistematização antes de ir a plenário. Todas essas alterações foram resolvidas na reunião de Ulysses com Arinas, a partir de sugestões dos Deputados José Lins (PFL-CE) e Aluizio Campos (PMDB-PB).

O novo calendário ficou assim definido: dia 13/8, fim do prazo para emendas em plenário; de 14 a 23/8, elaboração do parecer do Relator sobre as emendas; dia 24, publicação de avulsos; de 25 a 30/8, apresentação de emendas ao substitutivo do Relator; de 31/8 a 7/9, parecer do Relator sobre as emendas apresentadas ao substitutivo; de 10 a 17/9, votação na Comissão de Sistematização; a partir do dia 18/9, primeiro turno de votação em plenário.

As sessões noturnas sobre temas

polêmicos serão realizadas a partir das 18h30, sempre com 15 oradores — três do PMDB, dois do PFL e um de cada pequeno partido. O Presidente da Constituinte lembrou que, se fosse obedecida a proporcionalidade entre os partidos, teriam espaço nessas sessões apenas o PMDB, o PFL, o PDT, o PDS e o PTB.

— Mas fizemos gestões para que todos pudessem falar, com o sacrifício dos partidos mais numerosos, a começar pelo PMDB — esclareceu Ulysses.

O calendário das sessões extraordinárias também foi modificado e ficou assim: no dia 4 será discutido o sistema de Governo; dia 5, Estados, União e municípios; dia 6, reforma agrária; dia 11, economia, propriedade e estatuto da empresa; dia 12, direitos trabalhistas; dia 13, educação; dia 18, sistema eleitoral; dia 19, reforma urbana; dia 20, saúde e previdência.

Câmara instala Comissão para vigiar Governo

BRASÍLIA — A Mesa da Câmara decidiu ontem instalar a Comissão de Fiscalização e Controle dos Atos do Executivo, proposta pelo Deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ). A Comissão vai funcionar até o final dos trabalhos da Constituinte e uma de suas atribuições será examinar e votar o Orçamento da União.

Com 27 membros, indicados pelas lideranças dos partidos, a Comissão de Fiscalização tem poderes mais amplos do que uma Comissão Parlamentar de Inquérito e será a única em funcionamento.

A Mesa deliberou também passar para as quartas-feiras as sessões plenárias que estavam sendo realizadas às segundas. E decidiu abrir exceção para permitir a votação, durante o período de trabalhos constituintes, de projetos de lei que tiverem requerimento de urgência apoiado pela maioria absoluta dos deputados ou por líderes que representem esse total.

Aliança quer manter-se à frente dos entendimentos

BRASÍLIA — Uma proposta consensual para o projeto de Constituição, que já vem sendo procurada há cerca de dois meses por um grupo suprapartidário, deve se caracterizar como fruto do entendimento entre os partidos da Aliança Democrática, e não como iniciativa de esforços isolados de alguns parlamentares. Esse foi o entendimento a que chegaram os Presidentes do PMDB e do PFL, Deputado Ulysses Guimarães e Senador Marco Maciel, quando resolveram dar prioridade aos trabalhos da Constituinte, minimizando, ao mesmo tempo, os atritos de natureza política que já tomavam proporções perigosas para a base parlamentar necessária ao Governo.

Os resultados da reunião que Maciel teve na última terça-feira com Ulysses foram por ele comunicados ontem aos líderes do PFL na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli. O Senador chamou a atenção dos dois sobre a necessidade

de dar-se a devida importância aos partidos, dentro do processo de elaboração da nova Carta.

— Todos nós constituintes — disse — fomos eleitos por uma sigla e temos responsabilidades partidárias. Se o sistema adotado para a elaboração da Carta fosse de independência, tudo bem. Mas não é.

A preocupação das cúpulas, tanto do PMDB quanto do PFL, segundo Chiarelli, é a de que os dois partidos majoritários "venham a ficar a rebóque do processo de elaboração da nova Constituição, uma vez que não atuem como condutores principais desse mesmo processo". Isso contribuiria para enfraquecer os dois partidos em favor do PT e, especialmente, do PL, que apesar de suas bancadas reduzidas apresentam um vertiginoso crescimento na preferência do eleitorado, de acordo com pesquisas recentes encomendadas por parlamentares do PMDB e do PFL.

Ulysses promete a CNBB defesa de emenda em plenário por signatário

BRASÍLIA — Ao entregar ontem ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, 1.761.519 assinaturas em quatro propostas de emendas populares ao anteprojeto de Constituição, o Presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, recebeu uma promessa: será destacado um dia para que um dos signatários defenda sua proposta no plenário da Constituinte.

Ulysses disse considerar extraordinário o total de assinaturas conseguidas, o que prova o interesse dos setores mais humildes da sociedade em participar da elaboração da futura Carta, especialmente sob o patrocínio de uma entidade respeitada como a CNBB.

As propostas levadas por D. Luciano se referem à ordem econômica (defende a primazia do trabalho sobre o capital, com prioridade para a remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital, e o estabelecimento da obrigação social da propriedade rural), direitos da família (na qual foi incluída a proibição do aborto, eutanásia e tortura), direito à livre educação e a concessão de verbas públicas para as escolas sem fins lucrativos e liberdade religiosa.



Ulysses recebe as emendas de D. Luciano

esperança de que as emendas populares sejam acolhidas pelos constituintes, porque "vieram do povo". Ulysses, por sua vez, prometeu encaminhá-las imediatamente à Comissão de Sistematização e marcar um dia para a defesa no plenário.

— Esse interesse é extraordinário — acrescentou Ulysses — O povo tem grandes necessidades e a Constituição pode ser um instrumento não

para resolver tudo, mas estabelecer a base, a semente para se chegar a isso.

Foram necessários seis carros e 50 pessoas para transportar os pacotes contendo as assinaturas dos cidadãos que apoiaram as quatro propostas populares patrocinadas pela CNBB. A papelada estava acondicionada em sacos plásticos e foi levada para a mesa receptora das emendas, no Congresso. O trabalho de seleção das assinaturas por emenda e o empacotamento foi feito no decorrer da semana por funcionários da CNBB e populares que auxiliaram na coleta. Durante todo o dia de anteontem e na manhã de ontem os pacotes foram colocados nos carros: dois Gol, uma Kombi, um Passat, um Volks e uma Parati.

Com essas emendas sobe para 13 o número de propostas populares entregues à Mesa da Constituinte, com um total de 3.187.225 assinaturas. Diante do volume do material recebido ontem da CNBB, funcionários da mesa receptora de propostas de iniciativa popular previam um problema prático com o qual irão se defrontar em breve: a falta de espaço para guardar o material que ainda está por chegar. Uma funcionária adiantou que uma outra sala, com estantes improvisadas, já foi destinada à Comissão de Sistematização para essa finalidade. A previsão é de que chegarão cerca de 100 emendas populares.